

## A análise do currículo na educação infantil

### Curriculum analysis in early childhood education

DOI:10.34117/bjdv8n5-173

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

#### **Letícia Rubim Fernandes**

Mestranda em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Endereço: Rua Pampulha, 55, Aleixo, Manaus, Amazonas, Brasil, CEP: 69083-350

E-mail: leticiarubim.adv@gmail.com

#### **Alcides de Castro Amorim Neto**

Doutor em Clima e Ambiente pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (IMPA)

Instituição: Instituto de Matemática Pura e Aplicada

Endereço: Rua Bem-te-vi, casa 01, Conjunto Parque das garças, bairro cidade nova Manaus, Amazonas, Brasil, CEP: 69000-000

E-mail: dooham2007@gmail.com

#### **RESUMO**

Este estudo apresenta um estudo teórico-documental sobre a temática relacionada à Análise do currículo na Educação Infantil, através da reflexão de o que seria currículo em âmbito geral, transpondo ao que propriamente seria desenvolvido na Educação Infantil. Contextualizando artigos que abordem sobre o currículo na a Educação Infantil quanto ao olhar na Constituição Federal e demais leis com mesmo enfoque, assim como observar como as instituições educacionais devem concebê-lo, e o porquê de sua importância. O objetivo geral do estudo visa analisar a concepção de currículo na Educação Infantil e a importância na formação do professor, através de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Considerando os aspectos legais e de orientação curricular, primando em ter a criança como protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem, e entendendo que não é apenas a educação em sala de aula que temos que idealizar, mas também explorar os demais espaços seja internos ou externos e ter parceria com a comunidade, pais e responsáveis.

**Palavras-chave:** currículo, educação infantil, professor.

#### **ABSTRACT**

This study presents a theoretical and documentary study on the theme related to the Analysis of the curriculum in Early Childhood Education, through the reflection of what would be curriculum in general, transposing to what exactly would be developed in Early Childhood Education. Contextualizing articles that address the curriculum in Early Childhood Education as to the look in the Federal Constitution and other laws with the same focus, as well as observe how educational institutions should conceive it, and why its importance. The general objective of the study is to analyze the conception of curriculum in Early Childhood Education and its importance in teacher training, through

bibliographic and documental research, with a qualitative approach. Considering the legal aspects and curriculum guidance, focusing on having the child as the protagonist of their development and learning, and understanding that it is not only the classroom education that we have to idealize, but also explore the other spaces either internal or external and have partnership with the community, parents and guardians.

**Keywords:** curriculum, early childhood education, teacher.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre currículo na Educação Infantil alguns aspectos se colocam como centrais, que visam articular a concepção de currículo e o seu papel na formação professor, apresentando o ciclo de pensar para o fazer pedagógico, aliado de planejamentos e reflexões.

O objetivo geral estabelecido para este estudo corresponde em analisar a concepção de currículo na Educação Infantil e a importância do professor nesse desenvolvimento. No que se refere aos objetivos específicos foi proposto realizar uma análise de como seria este currículo na Educação Infantil e entender suas necessidades, identificar os documentos que abordam legalmente sobre currículo na Educação Infantil; e observar a fundamental importância do professor para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Durante a análise iremos ter acesso a diversos documentos legais e leituras amplas sobre a matéria currículo vistos na Educação Infantil, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 9.394/96), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a Constituição Federal de 1988 e os indicadores da qualidade na educação infantil (BRASIL, 2009), os quais ressaltam os direitos da infância a uma educação específica, inclusiva e de qualidade, que é dever fundamental do Estado.

Deste modo, este artigo está estruturado em itens, sendo: Conceitos de currículo; Concepção de currículo na Educação Infantil, A importância do Currículo e Currículo e a formação do professor, cada item traz itens específicos para discutir a temática.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O termo currículo segundo Sacristán (2000) é a realização de uma prática pedagógica, cujo resultado é:

[...] uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, adquirindo, dessa forma, a característica de um objeto

preparado num processo complexo, que se transforma e constrói no mesmo. Por isso, exige ser analisado não como um objeto estático, mas como a expressão de um equilíbrio entre múltiplos compromissos. (SACRISTÁN, 2000, p. 102)

Nessas influências podemos analisar como as decorrência das vivências e experiências das crianças como também a participação dos pais e responsáveis, e da comunidade escolar contribuem efetivamente para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

No âmbito de currículo há o tradicional, crítico e o pós-crítico que segundo Silva (2009), a teoria tradicional de currículo prima pela neutralidade, tendo como seu principal foco a promoção de uma identificação dos objetivos da educação escolarizada, sendo formadora de trabalhadores especializados ou, proporcionando uma educação geral e acadêmica, que envolve um modelo de educação similar ao campo industrial, mecânico e burocrática.

O currículo crítico segue o caminho de que devemos nos posicionar contra as desigualdades e injustiças sociais, pois se acredita que neste modelo de educação estamos sendo responsáveis pela exclusão social, onde não se permite que todos possam aprender e se desenvolver, excluimos do sistema educacional quem consideram que não irão compreender a linguagem e os processos culturais das classes dominantes.

Teóricos dessa linha de entendimento como Marx, Pierre Félix Bourdieu e Paulo Freire, lutaram para que a sociedade deixasse de reproduzir o pensamento do sistema capitalista, que viam nas escolas o local ideal para reproduzir suas ideologias, tendo o conhecimento que é nela que passamos a maior parte do tempo de nossas vidas.

Conforme Silva (2007 p. 17).

As teorias críticas operam os conceitos fundamentais de: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência.

O currículo pós-crítico se fundamenta na quebra de paradigmas, regras, ideia de conhecimento único, padronizado, que busca que o ensinamento seja válido e adequado para cada aprendizagem necessária, de forma ampla e liberal ou humanista, valorizando as diferentes culturas, tolerância, o respeito e a convivência harmoniosa entre todos.

Nessa linha de teorização, os currículos atuam como práticas de subjetivação, de significação e discurso produzidos nas relações de saber-poder, sendo os currículos entendidos como formas de seleção e representação da cultura,

compreendendo demandas das questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo. Os currículos produzem identidades heterogêneas e diversas, que num processo dialógico e ético possibilitam a emancipação a partir da cidadania ativa (EYNG, 2010, p. 37).

Segundo Kramer (1995, p.12) a idealização do currículo vem de: “[...] uma palavra polissêmica, carregada de sentidos construídos em tempos e espaços sociais distintos”, podendo assim ser construída com base no significado e compreensão de cada profissional da educação.

Nesse linha Silva (2013, p. 55), traz a ideia de currículo com a visão de “[...] um local, onde ativamente, se produzem e se criam significados sociais”. Estes significados podem colaborar para a construção das identidades e subjetividades das relações que virão a ser construídas.

De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação (2009) currículo é:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Sendo assim o currículo em sua constituição geral e principalmente na Educação Infantil, tem necessidade de uma carga de fatores de alta compreensão dos profissionais que o elaboraram como também na sua prática do dia a dia, não podendo existir uma dissociação em seu ato, aquele que o elaborou e o põe em prática deve ser o mesmo personagem, seguindo assim a concepção do currículo de acordo com a teoria pós-crítica, tendo todos os elementos participando e contribuindo na relação de aprendizagem das crianças, observando suas individualidades como também sua vivência e experiências, culturas e demais elementos de direito de cada ser.

## 2.1 A ANÁLISE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O currículo na Educação Infantil, deve se preocupar com suas temáticas a serem desenvolvidas, além de sua metodologia a ser aplicada propondo a ser flexível, e seguir o caminhar das crianças, estando em constante mudança e ampliação de suas linguagens, valores, cultura, esta análise é vista como interlocutor das experiências e saberes das crianças, aliada com atividades lúdicas respeitando o ritmo e interesse das mesmas, com base em suas características, ponderando as diferenças e sempre respeitando as

individualidades, o que necessita atenção na diferenciação das experiências e dos conteúdos formativos por ser fundamental para o desenvolvimento.

Segundo Miguel Zabalza (1998), o currículo da Educação Infantil:

[...] assume essa diferenciação interna de capacidades e postula intervenções e específicas dirigidas à consolidação e ao desenvolvimento de cada uma delas. Nesse sentido, o currículo, além de oferecer-nos um mapa de espaços formativos aos quais é preciso atender, constitui uma espécie de chamada de atenção para não agir mimeticamente demais em relação à cultura do meio ambiente. O desenvolvimento e a riqueza das diversas capacidades dos sujeitos é muito condicionado pela influência exercida pelo seu ambiente cultural e pelo meios e oportunidades que estiveram disponíveis para praticá-las e fortalecê-las. (ZABALZA, 1998, p.22)

A legislação educacional brasileira evidencia a Educação Infantil como o primeiro contato das crianças com a educação formal, porque é nesta etapa além da educação familiar, que a criança recebe uma educação que caminha para torná-la um cidadão apto a viver em sociedade, participando da socialização com outros sujeitos, prezando pela igualdade.

A Constituição prevê, em seu artigo 214, caput e inciso III, como deve ser a articulação e a definição das diretrizes da educação para que as escolas atentem o currículo apresentando seus objetivos, metas e estratégias, para que a implementação assegure o funcionamento e a manutenção do desenvolvimento do ensino oportunizando uma educação de qualidade.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:  
III - melhoria da qualidade do ensino;

No entanto, observa-se que em suas origens a Educação Infantil foi instituída, para atender a necessidade das famílias sendo predominantemente de caráter assistencialista, sendo embasado em por um currículo tradicionalista, as escolas eram apenas um local específico para que as crianças fossem deixadas por um tempo durante o dia, destinado às ações de cuidado. A forma de se conseguir garantir o acesso era a comprovação que a mãe trabalhava e não tinha com quem deixar seu bebê/ criança.

Por isso, segundo documento do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística:

As primeiras instituições de atenção à infância no Brasil surgiram com o escopo de assistência a crianças em situações consideradas vulneráveis. Buscavam o acolhimento de crianças abandonadas e o auxílio a mulheres pobres que trabalhavam fora de casa e viúvas desamparadas. (IBGE, 2018, p. 81)

Somente com o avanço das pesquisas na área da Educação Infantil, que defendem a indivisibilidade entre os princípios do cuidar e do educar e de sua especificidade na infância, atrelada às lutas políticas dos movimentos sociais pelo direito à educação é que a Educação Infantil passa a ser percebida sob a ótica da superação de sua ação assistencialista, que com o decorrer da história perpassou o caminho também da concepção compensatória que era voltado para a ideia de salvadora dos problemas sociais, que a partir da alfabetização das crianças, elas iriam deixar de estar à margem da sociedade, entretanto a garantia do direito educativo veio a partir da Constituição Federal de 1988, tendo de fato a concepção de criança como sujeito social e histórico, um ser sujeito de direitos, que nas diversas interações com o meio, faz descobertas, imagina, cria e constrói conhecimento através de sua principal ação: o brincar.

Conforme Nunes (2011, p.8) esta concepção de Constituição:

Traz como característica a ênfase no estabelecimento de políticas públicas universais, a concepção de educação como um direito de todas as crianças desde o nascimento e a concepção de criança cidadã, sujeito de direitos, cujo desenvolvimento e indivisível. Estabelece como dever do Estado garantir a educação de 0 a 5 anos de idade, no sistema formal institucional, e afirma a educação infantil como a primeira etapa da educação básica.

A instituição de Educação Infantil é um lugar rico em possibilidades para adquirir novas experiências e linguagens tanto corporais, cognitivas e afetivo-emocionais. Por meio das múltiplas linguagens valorizamos as práticas pedagógicas do cotidiano na Educação Infantil nos espaços das salas de referência e nos espaços externos.

Ao realizar pesquisas e leituras de trabalhos realizados no programa de mestrado em Educação em Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas, destaco o de professora Monica Silva Aikawa, que trabalhou as práticas pedagógicas voltadas à educação infantil com ênfase no ensino de ciências, onde ela assertivamente correlaciona que o currículo na Educação Infantil se dá através de:

[...] confluências de ideias de organização curricular para a infância direcionam-se a um currículo integrado e baseado em experiências que entende a criança como sujeito e partícipe em seu processo de desenvolvimento. Assim como se redefine como um currículo emergente no sentido de enaltecer as expectativas e necessidades das crianças externadas em seus diálogos e ações

que se reconstroem em outras experiências formativas. (AIKAWA, 2014, p. 26)

Sabemos que é nessa fase que as crianças passam a conviver nos ambientes de desenvolvimento com crianças de sua faixa etária, diferente de seu ambiente familiar, e neste ambiente a criança deve se sentir segura, acolhida, ela poderá desenvolver suas emoções, criando sua identidade e conhecendo seus direitos que devem ter previsão em seu currículo que é debatido e construído pelas secretarias de educação, pelos seus gestores e educadores de cada escola, assim como ter a participação da comunidade.

## 2.2 O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

A educação brasileira necessita de profissionais qualificados, formados para a contribuição do avanço da educação. Um bom professor é reconhecido por suas ações, pela maneira com a qual ensina, mobiliza os conhecimentos não de forma mecânica, mas inovadora e dinâmica, que aperfeiçoe as habilidades da crianças, este é o papel do professor que desenvolve a partir de suas práticas que deve apoiar as crianças e ouvi-las, conforme pré-definem cada documento que ampara o currículo na Educação Infantil.

Suas ações devem estar inteiramente integradas com as necessidades das crianças sempre as colocando como protagonistas do planejamento curricular e conseqüentemente priorizando seu desenvolvimento através do brincar, do afeto, fantasia, movimento, linguagem e arte, fugindo da concepção assistencialista, não estamos vivendo na era tradicionalista que nem crítica quanto ao currículo.

Os professores tem sim, como papel guardar e cuidar as crianças, mas não para que seus responsáveis possam trabalhar sendo fonte de exploração, tendo negado o direito a educação.

Mas sim sendo profissionais que conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009) tem estabelecido princípios, fundamentos e procedimentos que os orientem quanto ao ideal currículo para a educação infantil, que considere a criança como centro do planejamento escolar, como sujeito histórico e de direitos, sendo inteiramente construída com a ideologia do currículo na vertente da teoria pós-crítica.

Nessa lógica o projeto pedagógico, mais conhecido como currículo deve ter constituído em seu desenvolvimento a utilização de esquemas de assimilação para a criança, propondo interações e brincadeiras desafiadoras, ele deve conhecer e explorar com as crianças as diferentes formas de se deslocar pelo espaço de maneira a integrar, interagir e aproximá-las, através de atividades como jogos, brincadeiras, proporcionando

condições de agir e compreender os significados presentes no dia a dia, além de estar sempre atento, realizando anotações, observando e pensando novas organizações de espaço e materiais, que em uma brincadeira poderá desenvolver outras que não tenha percebido a priori a necessidade, favorecendo assim novas aprendizagens.

As interações entre crianças devem ser observadas pelas professoras, que precisam interferir sempre que situações com maior grau de conflito ocorram. Os adultos não devem deixar de fazer uma intervenção segura e cuidadosa quando se deparam com expressões de racismo, de preconceito, agressões físicas e verbais entre crianças. Por outro lado, as relações de cooperação e amizade infantil devem ser incentivadas e valorizadas. (BRASIL, 2009 p.45)

A participação do adulto nas brincadeiras, principalmente a participação do professor, é essencial porque sua presença auxilia e atua como mediador em situações de conflitos, permitindo que as crianças tentem solucionar os problemas, devendo estar presente caso precisem de seu apoio, pode intervir de forma direta e indireta em sua aprendizagem, é importante ter estratégias de registro.

Conforme nos faz refletir Freire, ao dizer:

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isso não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor. (FREIRE, 2013, p. 89-90).

O professor deve ter atribuições de elevada importância na elaboração e prática do currículo, não se esquecendo de também ter a participação de toda a equipe escolar envolvida, mas para isso o professor necessita possuir conhecimentos sócio- culturais, sobre os diversos grupos e serem capazes de aplicarem esses conhecimentos na organização do ambiente que deve seguir orientações das Diretrizes, que serão um estímulo no desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), em seu art.8º prevê que as escolas de Educação Infantil devam garantir as crianças o direito às brincadeiras e às interações, sendo estes eixos norteadores das práticas pedagógicas curriculares da Educação Infantil, além do cuidar e educar que não podem ser vistos como dimensões separadas, mas sim de âmbito de experiência única. A Base Nacional Comum

Curricular (2017) corrobora essa concepção e afirma que ações de cuidado devem ser integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo.

A partir das experiências com as crianças, é possível promover nelas o conhecimento de si mesmas e de mundo, isso acontece no campo sensorial, expressivo, corporal que permitem as interações com o meio, respeitando a individualidade e desejos da criança facilitando seu envolvimento com diferentes seres.

Isto posto os professores devem buscar alternativas de aprendizagem através de recursos que estão ao seu dispor e também tecnológicos. O professor deve gostar e acreditar naquilo que faz, ou seja, através de seus atos e ações ele servirá de modelo para as crianças.

Assim é importante refletir ainda, sobre o papel que o professor exerce no desenvolvimento da criança, ele deve ter dedicação ao seu trabalho, ter tempo, formação adequada e em constante atualização, conhecer quem são seus alunos, em que fase de desenvolvimento estão o que eles sabem, do que eles precisam, se o espaço que tem disponível é adequado, se há materiais para realizar o seu trabalho, cabendo a ele a responsabilidade de preparação do seu eu profissional, a fim de auxiliar no desenvolvimento da criança de forma plena, e saber lutar e cobrar do poder público melhores condições de trabalho quando as condições não lhes sejam favoráveis em nome da qualidade do seu trabalho e preocupação com o desenvolvimento das crianças.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado através da pesquisa de natureza documental e bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2011, p. 43), a pesquisa documental engloba “todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica, já a pesquisa bibliográfica na visão dos autores “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto.”.

Para a devida construção do corpus de análise, foram estudados pesquisas voltadas para temática além de acesso a diversos documentos e leis como a LDB (Lei 9.394/96), a Constituição Federal de 1988 e os indicadores da qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), os quais ressaltam a importância de um currículo na Educação Infantil e o seu papel na formação do professor.

Na tentativa de compreender o sentido do tema em estudo, temos como fundamentação teórica o suporte dos autores: Zabalza (1998), Silva (2013), Nunes (2011) etc, que possuem estudos sobre o assunto e são indispensáveis para entendermos os problemas em volta da educação nesta etapa.

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e utiliza procedimentos como: revisão literária, fichamentos e análise de dados, que segundo Silva e Menezes (2001, p.20) é onde há verificação da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, através da observação e do conhecimento.” Assim, foram avaliados as teorias de conhecimento que trabalham sobre o tema currículo na Educação Infantil e a importância do professor, garantindo o trabalho de uma educação escolar, sempre buscando ter o contato com comunidade que será uma ótima maneira de saber como a sociedade valoriza a Educação Infantil.

Conforme as etapas de estudo a codificação e interpretação de diversos documentos e livros embasados na problemática da pesquisa, foi permitido o aprofundamento e conhecimento a mais sobre as temáticas, sendo possível responder como é recebida a concepção de currículo na Educação Infantil e realmente a importância do papel do professor nesse desenvolvimento e aprendizagem.

#### **4 ANÁLISE E RESULTADOS**

Com a análise destacamos que o currículo preza pela realização de pinturas, desenhos, músicas, danças, áudio visual, modelagens e faz de conta, devendo os professores trabalhar as bases essenciais no processo de desenvolvimento expressivo e cognitivo da criança, o qual foi perceptivo que é a protagonista de todas as ações. As atividades realizadas pelos professores para alcançar a primazia da contribuição para o desenvolvimento devem ser embasadas na proposta pedagógica da escola que necessita ser construída em conjunto com todos os personagens já elencados, além de ser adequadas para o gosto das crianças, despertando o interesse lúdico.

Para as devidas propostas constituídas pelos professores, busca-se o desafio para o reconhecimento do currículo para a aprendizagem das crianças, como o seu papel de importância para a educação, considerando as devidas orientações, construindo um trabalho que reflete os estudos dos professores, as necessidades da comunidade, da escola, das crianças, das secretarias estaduais e municipais, considerando todas as particularidades de cada elemento;

Consequentemente quando os professores alcançam parceria com os gestores e da comunidade, a escola passa a ter uma proposta pedagógica e planejamentos construídos amplamente discutidos e aplicado por todos, tendo a valorização dos conhecimentos da realidade, objetivando as intenções para se chegar à aprendizagem.

Deste modo visualizamos que com um currículo desenvolvido na escola que aponta como está o desenvolvimento do trabalho, a importância dos projetos e como se enfrentam os novos desafios, facilita o trabalho do professor em acompanhar os progressos realizados pelas crianças e sua convivências e direitos.

O currículo em nossa educação infantil é pós-crítico, as crianças já possuem uma carga de diferentes saberes, construídos durante sua vida, sendo assim na elaboração do currículo o projeto político pedagógico e planejamentos dos professores, devemos superar limitações, construindo uma educação multicultural, tendo potencializado no trabalho a realidade das crianças, para que elas sejam inseridas na sociedade como um cidadão de bem e de direito.

Após essa compreensão passam a entender a necessidade, e destacamos a necessidade de maior enfoque na linguagem do movimento, um aspecto auxiliar e fundamental do desenvolvimento físico e cognitivo, nesta etapa é que começam a serem desenvolvidas as habilidades motoras, fundamentais para o sucesso escolar e pessoal da criança. E quando as múltiplas linguagens não são devidamente trabalhadas, as crianças passam a ter limitações, que interferem diretamente em seu desenvolvimento no campo da inteligência.

Visto isto, as escolas precisam proporcionar condições físicas, materiais e mobiliários adequados para efetivar o trabalho de desenvolvimento com as crianças, de modo que possam assegurar que os aspectos afetivo, cognitivo, estético, linguístico, sociocultural e expressivo motor sejam explorados de forma integrada.

Quanto à infraestrutura de creches e pré-escolas públicas brasileiras, as DCNEIs entendem educação e cuidado como uma das funções pedagógicas da instituição de Educação Infantil:

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo (BRASIL, 2009b, p. 2).

Em razão das crianças precisarem de espaços para se movimentar e expandir suas percepções de mundo é necessário que as atividades desenvolvidas em salas de referência sejam significativas, para que o aprendizado seja efetivo, além de ter um espaço que possibilite a realização de brincadeiras, com atividades que favoreçam a socialização, que permita a busca pela autonomia, sempre atendendo as suas necessidades individuais e coletivas de forma significativa.

Em uma perspectiva histórica, a Educação Infantil brasileira vem trilhando sua construção de acordo com os anseios da sociedade, passando por processos de intensas transformações e grandes contradições, cercados por marcos históricos vinculados às políticas assistenciais, iniciando uma nova fase no Brasil preocupando-se com uma proposta curricular com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, que a definiu como primeira etapa da educação básica, estabelecendo à época o prazo para a sua integração ao sistema educacional brasileiro, conforme se observa em seu art. 89.

As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996)

Nos termos da LDB (Lei 9.394/96), a finalidade da Educação Infantil está expressa em seu artigo 29.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Assim para a devida elaboração e construção do currículo para a Educação Infantil é necessário envolvermos, os aspectos que são de extrema importância, desde a concepção de como as crianças estão sendo vistas nas escolas de Educação Infantil, como também no seu seio familiar e na sociedade.

As etapas educacionais demandam um cuidado e um olhar diferenciado da sua atuação em relação às crianças e respeito às condições ideais de espaços físicos, com recursos materiais, pedagógicos e humanos, garantindo aos profissionais formação continuada, preocupando-se com sua identidade e democratizando o acesso às creches, tendo efetiva política de atendimento à infância, significando rever uma maior destinação de recursos para sua finalidade, pois esta fase é crucial para o desenvolvimento.

Conforme Ghedin faz parte do direito ao acesso garantido de qualidade, a valorização de uma educação que considere suas vivências:

É importante aproveitar o conhecimento prévio das crianças, as quais não chegam às escolas como pessoas sem nenhuma informação, chegam com suas vivências e experiências cotidianas, ou seja, trazem consigo uma cultura que lhes é própria traz informações que podem ser aproveitadas e compartilhadas no processo educacional (GHEDIN, 2013, p. 43).

Desta forma para o trabalho na Educação Infantil dar bons resultados ele precisa ser realizado com muita clareza por todos os envolvidos, principalmente pela equipe das instituições com foco na Educação Infantil.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Através da análise de currículo na Educação Infantil e considerando a contribuição do professor, podemos dizer que o currículo nesta esfera segue o caminho de suas propostas, garantido uma educação para as crianças autônoma, com responsabilidade, tendo respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Garantia de seus direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática, advindo sensibilidade, criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais que aprendem nas escolas.

Na elaboração do currículo vimos que ao pensarmos em cada criança, temos que nos atentar para o meio em que ela está inserida, suas particularidades nos levam ao pensar em seus mais diferentes contextos, pois não podemos desconsiderar que o seu desenvolvimento está atrelado ao contexto de sua história, social, econômica, política e cultural.

Também vimos à relação do currículo e o papel do professor da Educação Infantil, com a idealização de sua formação, sabendo mesmo diante das dificuldades ou problemas o professor deve buscar por uma formação continuada, as colocando em prática.

Portanto o estudo permitiu que focássemos na interpretação de leis da educação brasileira, em textos que tivessem como área de estudo a Educação Infantil considerando todas essas questões, fundamentando que um pilar para uma melhor educação é conseguirmos a valorização profissional do professor, garantindo-lhes a formação continuada, uma remuneração justa, condições de trabalho e planos de carreira.

Estes aspectos têm sido bandeira de luta permanente dos profissionais da educação, especialmente no contexto político atual, assimilamos que tudo abordado é um grande desafio, entretanto para criarmos práticas inovadoras para o currículo da Educação Infantil, realmente é necessário uma formação continuada, que a partir disso teremos um currículo com suas metas constituídas e possíveis de reconhecer os professores como agentes da mediação cultural e dos processos de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AIKAWA, Monica Silva. **Educação em ciências nas práticas pedagógicas de educação infantil**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazônia) Universidade do Estado do Amazonas. / Manaus: UEA, p. 134. 2014

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 abril. 2020.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9394; 96 20 de dezembro, 1996. Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009b, Seção 1, P. 18.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013).

GHEDIN, L. M.; MARQUES, F.F. de F.; FACHIN-TERÁN, A.; GHEDIN, I. M. A educação científica na educação infantil. **Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v.6, n.10, p. 42-52, jan-jun, 2013.

IBGE. **A Síntese dos Indicadores Sociais 2018 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

KRAMER, Sônia. **Subsídios para uma política de formação do profissional da educação infantil: uma síntese**. MEC/SEF/COEDI. Por uma política de formação dos profissionais da educação infantil, Brasília, 1995.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1987. 198 p.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, E.L da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de ensino à distância da UFSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

-----**Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.